

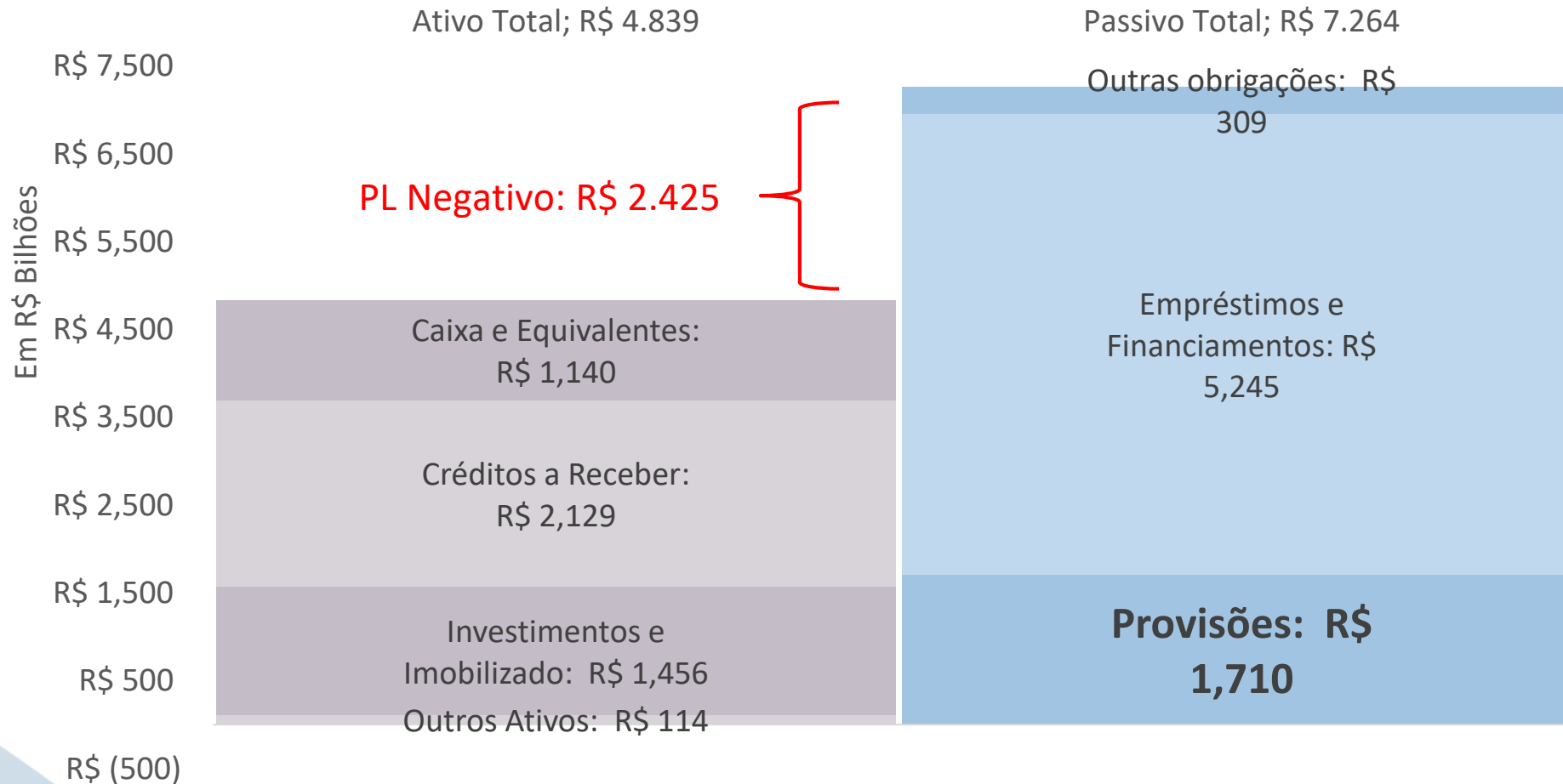
Siglas	ÓRGÃO	NOME DO RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO	E-MAIL
STF	Supremo Tribunal Federal -STF	Valclides Geraldo Guerra	valclides.guerra@stf.jus.br
TRT11	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Maria do Socorro Chaves de Sá Ribeiro	socorro.chaves@trt11.jus.br
SJ-PA	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	ÉLBER DE ALMEIDA SIQUEIRA	
TRE/DF	Tribunal Regional Eleitoral DF	ALEXANDRE RAMALHO MIHALIUC	aramalho@tre-df.gov.br
TRE/DF	Tribunal Regional Eleitoral DF	GIULIANO AMARAL SOUZA	giuliano@tre-df.gov.br
CD	CÂMARA	Wellington Silva	wellington.silva@camara.leg.br
TER/AM	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	FÁBIO DA SILVA VIEIRA	sepag@tre-am.jus.br
MPDFT	Ministério Público do DF e Territórios	Carlo Martins Corrêa	celoc@mpdft.mpb.br
MPT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	JOÃO MARINHO JUNIOR	joao.marinho@mpptm.br
TRT5	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Rogério Salustiano Costa	rogerio.costa@trt5.jus.br
TREGO	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás-	Thiago Milhomem Kliemann	
STJ	Supremo Tribunal Justiça	Adailton Cleber Costa Ferreira	adailton@stj.jus.br
STJ	Supremo Tribunal Justiça	Lucas S. Barros de Oliveira	lsotelo@stj.jus.br
STJ	Supremo Tribunal Justiça	Marcelo de Assis	marceloa@stj.jus.br
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Herbert Bezerra Parente	herbert.parente@tst.jus.br
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Gilson Resende Giovani	gilson.giovani@tst.jus.br
TRE-MG	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Ana Cristina Medeiros Soares	ana.medeiros@tre-mg.jus.br
TRE-MG	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Canabrava de Barros Carvalho	silvana.canabrava@tre-mg.jus.br
TRE-MG	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Pedrosa Ribeiro de Barros	arnaldo.pedrosa@tre-mg.jus.br
TRT06	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região-TRT6	SALETE MARIA MENEZES TAVARES VELOZO	salete.velozo@trt6.jus.br
STF	Supremo Tribunal Federal -STF	Reydersson Magela Dos Reis	Reydersson.Reis@stf.jus.br
STF	Supremo Tribunal Federal -STF	Rafael Rodrigo Jardim Silva	Rafael.Jardim@stf.jus.br
TRT14	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região-TRT14	Samuel Neves dos Santos Júnior	samuel.junior@trt14.jus.br
TJDFT	Tribunal de Justiça do DF e Territórios-TJDFT	FREDERICO BRUNALE DE ANDRADE	frederico.brunale@tidft.jus.br
TREPI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí-TREPI	RICARDO ARAÚJO COELHO	ricardo.coelho@tre-pi.jus.br
TRT2	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região-TRT2	Eduardo Antonio Engholm Cardoso	eduardo.cardoso@trtsp.jus.br
TRERN	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte-TRERN	FLAUBER KLEY ARAÚJO CÂNDIDO	flauber.candido@tre-rn.jus.br
SJSE	Seção Judiciária/Sergipe-SJSE	Ana Paula Tavares de Oliveira Bezerra	ana.bezerra@tre-se.jus.br
SJSE	Seção Judiciária/Sergipe-SJSE	Luciano Silva Chagas	luciano.chagas@tre-se.jus.br
TREPR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná-TREPR	Patrícia de Fátima Estradioto Précoma	pprecoma@tre-pr.jus.br
TRT1	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região-TRT1	Tony Takimoto	tony.takimoto@trt1.jus.br
TSE	Tribunal Superior Eleitoral-TSE	Leda Costa Nogueira de Sá	leda.sa@tse.jus.br
TSE	Tribunal Superior Eleitoral-TSE	Fábio Lucas Zacarias	fabio.zacarias@tse.jus.br
TSE	Tribunal Superior Eleitoral-TSE	Eduardo Cândido de Sousa	eduardo.candido@tse.jus.br
TREBA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia-TREBA	MARCELO CONTE BASTOS	sgp-gab@tre-ba.jus.br
TREBA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia-TREBA	EDILENE ALONSO DE CARVALHO LIMA	copos@tre-ba.jus.br
TRT3	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região-TRT3	Anísio Renato de Andrade	anisiora@trt3.jus.br
TRT3	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região-TRT4	RICARDO BAHIA RACHID	ricardbr@trt3.jus.br
STM	Superior Tribunal Militar-STM	Rogério de Paula Alvim	alvim@stm.jus.br
TREPA	Tribunal Regional Eleitoral do Pará-TREPA	Jaime Nazareno da Silva Soares Júnior	jsoares@tre-pa.gov.br
TRT8	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região-TRT8	Alexsandro Cabral dos Santos	alexsandro.santos@trt8.jus.br
TRERJ	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro-TRERJ	Renato do Valle Neves	renato.neves@tre-rj.jus.br
CNJ	Conselho Nacional de Justiça-CNJ	Lucy Arakaki Felix Bertoni	lucy.arakaki@cnj.jus.br
TRF3	Tribunal Regional Federal da 3ª Região-TRF3	JEAN AUGUSTO DE ARAUJO	jdearauj@trf3.jus.br

Reunião de Trabalho

Avaliação Atuarial RPPS União

A experiência do Grupo de Trabalho - GT da Avaliação Atuarial da União

Balanco Patrimonial Simplificado 2017 (em bilhões R\$)



O passivo atuarial do RPPS (R\$1,19 trilhões) representa 16,5% do passivo exigível da União e 70,11% das provisões.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- 1 - Fórum de Previdência (início de 2016): Identificadas diferenças metodológicas na apuração dos resultados do RPPS entre STN e SOF.
- 2 - Divergência entre a projeção do resultado do RPPS indicada na Mensagem Presidencial do PLOA e as projeções atuariais no Anexo IV.7 do PLDO. (Exemplo: PLOA 2017 - SOF - deficit de R\$ 35,1 bilhões; PLDO 2017 - SPREV - deficit de R\$ 75,5 bilhões; resultado apurado em 2016 - deficit de R\$ 37,6 bilhões).
- 3 - Questionamentos nos debates da Reforma da Previdência (PEC 287/2016) sobre divergências nas projeções de evolução do PIB entre RGPS e RPPS.
- 4 - Questionamentos do TCU sobre a taxa de juros utilizada para desconto.
- 5 - Necessidade de aperfeiçoamento da base técnica utilizada na avaliação atuarial: metodologia, premissas e hipóteses.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2017 (D.O.U. 17/04/2017)

Objetivo: avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS dos Servidores Públicos Civis da União, contemplando:

I - **avaliação da aderência das hipóteses e premissas** utilizadas na apuração do resultado atuarial do RPPS da União e na elaboração das projeções financeiras e atuariais que acompanham o PLDO e PLOA;

II - **harmonização de conceitos e procedimentos** de registro das receitas, despesas e resultados do RPPS da União nos demonstrativos fiscais da LRF - LRF;

III - **desenvolvimento de modelos estatísticos** p/ a subsidiar simulações e estudos sobre eventos que possam resultar em impactos nas projeções financeiras e atuariais

Ministério Fazenda:

a) Secretaria de Previdência

b) Secretaria do Tesouro Nacional

Ministério do Planejamento:

c) Secretaria de Orçamento Federal

d) Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos

e) Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho

Convidados: SPREV/SRGPS e IPEA

SUBGRUPO 1:

HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL X ORÇAMENTÁRIA

SOF - COMPARATIVO DAS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 2015 A 2018

GT RPPS

Comparativo de classificação de ações de inativos

Ação	2015		2016		2017		2018	
	Função	Subfunção	Função	Subfunção	Função	Subfunção	Função	Subfunção
0054 - Inativos e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 347, de 1977)	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
0055 - Inativos e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	8 - Encargos especiais	846 - Outros Encargos Especiais
009K - Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
00QD - Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário
00QG - Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário
0397 - Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial
0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES - 2017

GOVERNO FEDERAL
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A SETEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CÍVIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2016	
RECEITAS CORRENTES (I)	35.721.445	35.721.445		20.635.345
Receita de Contribuições	35.721.445	35.721.445		20.635.345
Segurados	14.392.710	14.392.710		8.262.758
Ativo - Receita vinculada	10.845.273	10.845.273		6.237.720
Ativo - Receita desvinculada (DRU)	0	0		2.044
Inativos e Pensionistas - Receita vinculada	3.547.437	3.547.437		2.021.799
Inativos e Pensionistas - Receita desvinculada (DRU)	0	0		1.194
Patronal	21.328.735	21.328.735		12.372.587
Ativo - Receita vinculada	21.061.156	21.061.156		12.174.437
Ativo - Receita desvinculada (DRU)	0	0	36.664	0
Inativos e Pensionistas - Receita vinculada	267.579	267.579	0	198.150
Inativos e Pensionistas - Receita desvinculada (DRU)	0	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II) (incluindo Receitas Desvinculadas)	35.721.445	35.721.445	23.302.564	20.635.345
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + II) (excluindo Receitas Desvinculadas)	35.721.445	35.721.445	23.265.900	20.635.345

DUAS LINHAS DE
TOTALIZAÇÃO
DE RECEITAS,
COM E SEM DRU


APENAS CÍVIS

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CÍVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/2017	Até o Mês/2016	Até o Mês/2017	Até o Mês/2016	Até o Mês/2017	Até o Mês/2016
ADMINISTRAÇÃO (V)								
PREVIDÊNCIA (VI)	74.723.050	80.578.361	71.018.300	62.762.982	59.843.186	52.714.211		
Benefícios	72.981.356	78.669.341	69.436.083	59.326.221	58.469.199	52.714.211		
A detalhar	1.062.654	6.750.638	0	0				
Aposentadorias	50.291.317	50.291.317	48.519.107	41.066.916	40.784.211	39.843.186		
Pensões	20.380.058	20.380.058	19.699.037	17.544.050	16.752.000	15.715.987		
Outros Benefícios Previdenciários	1.247.327	1.247.327	1.217.939	715.256	932.400	59.843.186		
Outras Despesas Previdenciárias	1.741.694	1.909.020	1.582.218	3.436.760	1.373.000	1.373.000		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias	1.741.694	1.909.020	1.582.218	3.436.760	1.373.000	1.373.000		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CÍVIS (VII) = (V + VI)	74.723.050	80.578.361	71.018.300	62.762.982	59.843.186	52.714.211		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CÍVIS (VIII) = (III - VII)	-39.001.605	-44.856.916	-47.715.736	-42.127.637	-36.540.622	-32.078.866		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CÍVIS (IX) = (IV - VII)	-39.001.605	-44.856.916	-47.752.400	-42.127.637	-36.577.286	-32.078.866		

AINDA VALOR
EXPRESSIVO EM
"OUTRAS DESPESAS
PREVIDENCIÁRIAS",
SEM ESPECIFICAÇÃO

SUBGRUPO 2: ESTUDO DE IMPACTOS DA IPSAS 39

Alcance da NBC TSP 15 (minuta) - Benefícios a Pessoal - IPSAS 39



Entidade do Setor Público	• Empregadora que compõe o OFSS.
Benefícios a empregados (planos)	• Objetivo da NBC TSP 15
Benefícios pós-emprego	• Regras sobre planos de aposentadoria, etc.
Plano de benefício definido	• Escopo de estudo do subgrupo

Os planos de benefícios oferecidos pelo RPPS, estão caracterizados por “benefício definido”.

A norma trata a contabilização e a divulgação dos benefícios pela:

Entidade Empregadora.

Composição da Avaliação Atuarial

Método da Avaliação Atuarial

- Crédito Unitário Projetado – PUC
- Portaria MPS nº 403 de 2008

Premissas

- Não enviesadas e mutuamente compatíveis
- Premissas demográficas
- Premissas financeiras

Atribuição de benefício a períodos de serviço

- Custo do serviço corrente
- **Custo do serviço passado**
- **Ganhos e perdas atuariais**

Ente federativo deverá reconhecer contabilmente obrigações de longo prazo com o RPPS

SUBGRUPO 3: PREMISSAS ATUARIAIS E ECONÔMICAS

PIB e Inflação

Taxa de Desconto Atuarial

Taxa de Desconto Atuarial

Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

Normas Internacionais

Norma Internacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, IPSAS 39 – Employee Benefits

Taxa de desconto das obrigações de benefícios pós-emprego (capitalizados e não capitalizados) deve refletir o valor do dinheiro no tempo.

Mercado de títulos do tesouro ou títulos privados de alta qualidade.

Na ausência de títulos com prazos de vencimento suficientemente longos para equilibrar a maturidade - taxas correntes para descontar os pagamentos com prazos mais curtos, e estimar a taxa de desconto para vencimentos mais longos, extrapolando as taxas de mercado correntes ao longo da curva de juros.

Taxa de Desconto Atuarial



Estados Unidos

GASB (Governmental Accounting Standards Board)
– órgão que emite normas para o setor público

Normativo para a contabilização da previdência, em todos os níveis do governo (inclusive Estados e Municípios) - GASB. 67 (Financial Reporting for Pension Plans) e GASB 68 (Accounting and Financial Reporting for Pensions).

Duas possibilidades

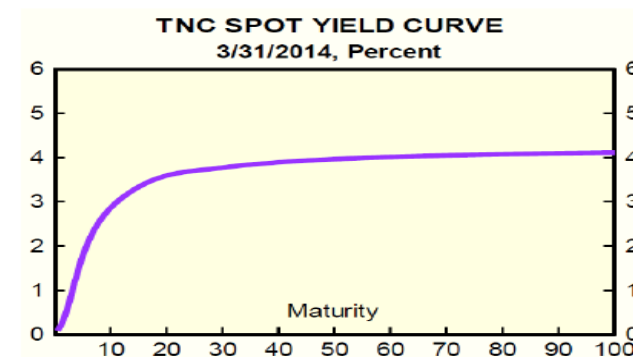
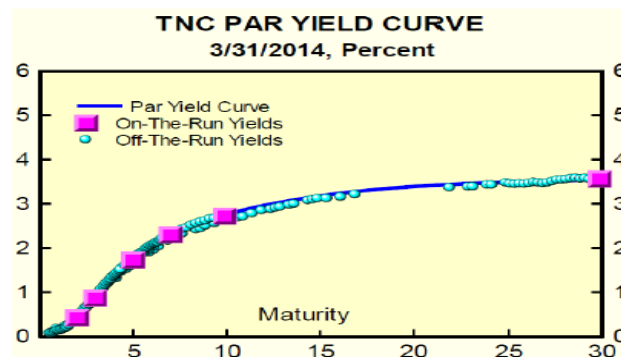
- taxa de retorno esperada de longo prazo para os investimentos - se ativos forem suficientes para pagar os benefícios projetados e os recursos disponíveis forem aplicados com essa estratégia
- taxa de juros dos títulos públicos, se as duas condições não forem atendidas

Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

Servidores públicos federais

Média histórica da taxa de juros de títulos do Tesouro de maturidade consistente com os fluxos de pagamentos, em vez de dar peso indevido às taxas correntes ou às taxas de um passado muito recente. (mínimo de cinco anos)

2014, o Tesouro desenvolveu um novo modelo e metodologia para determinar estas taxas (TNC yield curve), com metodologia que extrapola as taxas até os 100 anos de maturidade.



Fonte: The Yield Curve for Treasury Nominal Coupon Issues – James A. Girola, U.S. Department of the Treasury; May 16, 2014. Pg. 8 and 9.

Taxa de Desconto Atuarial



Canadá

Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

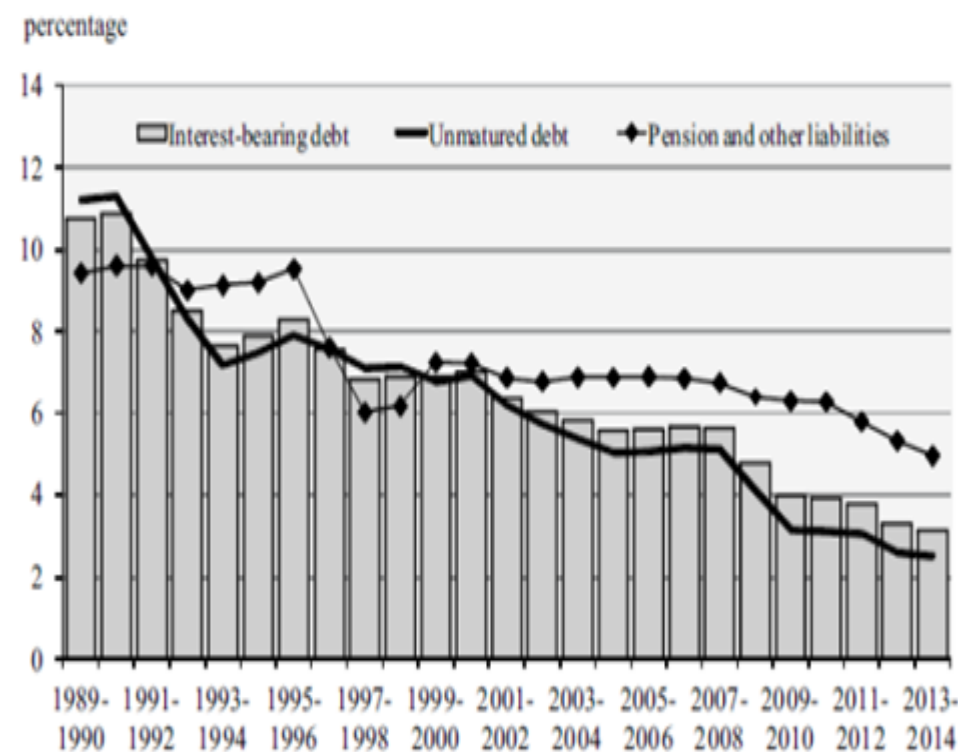
O Public Service Pension Plan (PSPP) é o plano de pensão dos servidores públicos do governo federal.

Possui planos capitalizados (a partir de 2000) e não capitalizados (antes de 2000)

Planos de benefício definido e financiados por contribuições do empregador e dos empregados

Taxa de desconto :

- Planos capitalizados - taxas de retorno esperadas sobre os fundos investidos (4,1% acima da inflação, na avaliação de 2011);
- Planos não capitalizados - média ponderada móvel de 20 anos das taxas dos títulos de longo prazo do governo do Canadá.



Fonte: Public Accounts of Canada -2014 – Volume I, Pg. 1.17

Taxa de Desconto Atuarial



Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

Austrália

3 planos para os servidores civis: o Commonwealth Superannuation Scheme (CSS), criado em 1976, o Public Sector Superannuation Scheme (PSS), criado em 1990 e o Public Sector Superannuation accumulation plan (PSSap), criado em 2005.

CSS e PSS - benefícios definidos e não capitalizados / PSSap - contribuição definida e totalmente capitalizado

Último PSS e CSS - taxa de desconto de 6% ao ano

- Definido que o melhor determinante para a taxa de desconto seria o retorno dos títulos públicos, já que esse seria o custo para o governo caso fosse financiar por meio de empréstimos
- Na data de avaliação, títulos públicos de 10 anos apontavam para uma taxa de 5,5% ao ano.
- Prêmio de liquidez de 0,50% (prazos do passivo atuarial são maiores que 10 anos)

Taxa de Desconto Atuarial

Outras Metodologias

Instrução Previc nº 19 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Fundos de Pensão

Exemplo de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média*

Pontos (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.)	Limite Inferior (%a.a.)	Limite Superior (%a.a.)
1,0	5,68	3,97	6,08
1,5	5,80	4,06	6,20
2,0	5,94	4,16	6,34
2,5	6,05	4,24	6,45
3,0	6,13	4,29	6,53
3,5	6,18	4,33	6,58
4,0	6,21	4,35	6,61
4,5	6,24	4,37	6,64
5,0	6,25	4,38	6,65
5,5	6,26	4,38	6,66
6,0	6,27	4,39	6,67
6,5	6,27	4,39	6,67
7,0	6,27	4,39	6,67
7,5	6,27	4,39	6,67

* Tabela incompleta – a divulgação da Previc apresenta taxa de juros até 35 anos.
Fonte: Portaria Previc nº375/2017.

Desde 2015, o CNPC definiu que a meta atuarial para as Entidades Fechadas de Previdência complementar **deve ser específica para cada plano e levar em conta sua duração.**

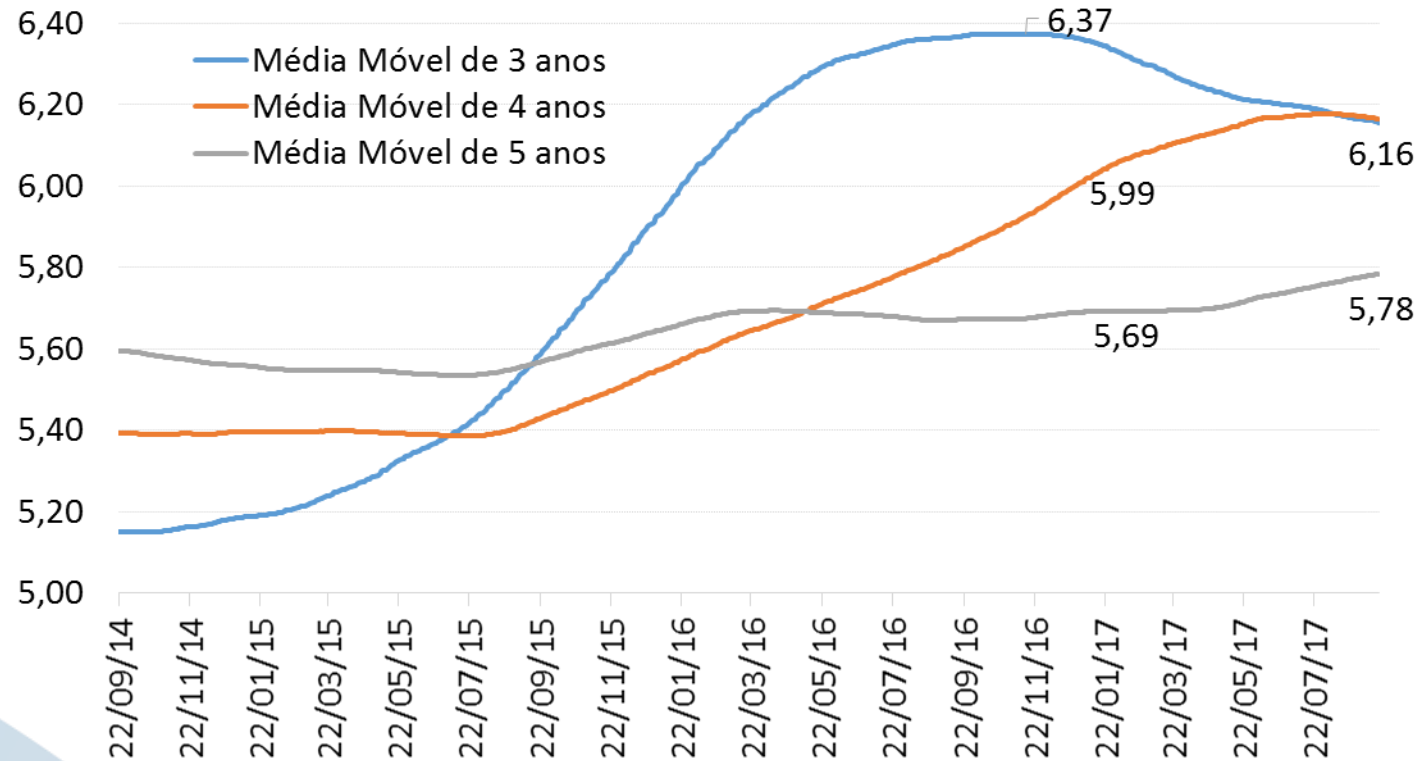
A taxa de desconto atuarial, ou a taxa parâmetro, corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJM) seja o mais próximo **à duração do passivo** do respectivo plano de benefícios.

Por sua vez, a ETTJM é calculada como **a média de três anos** das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias **baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.**

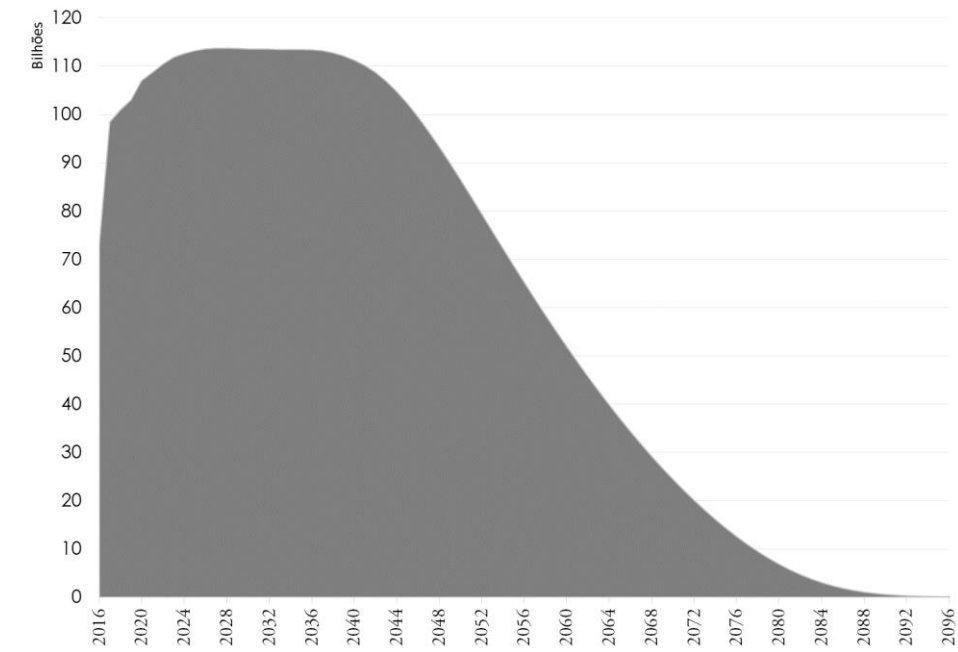
Para operacionalizar esta instrução, **anualmente, a PREVIC publica portaria contendo a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média** com as taxas parâmetro a serem utilizadas, constando tanto esta taxa quanto seus limites superiores e inferiores para cada faixa de prazo.

Taxa de Desconto Atuarial

Médias Móveis do vértice de 10 anos da ETTJ IPCA (% a.a.)



Duration na União



A duração média do passivo do plano de previdência dos servidores públicos federais em atividade, calculada para o ano de 2016, é de 23,7 anos.

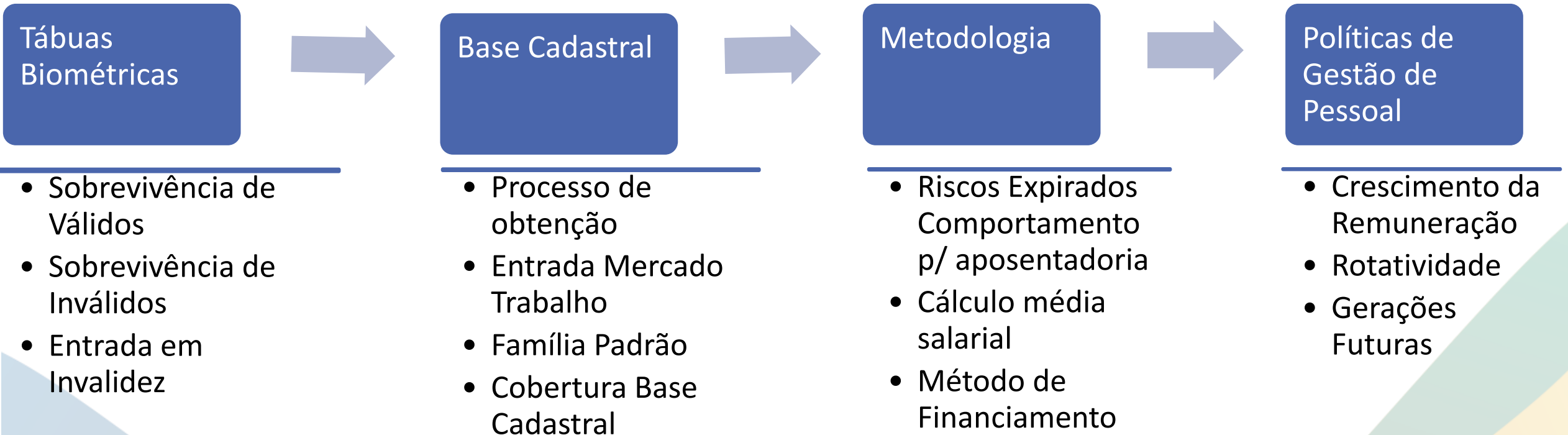
Taxa de Desconto Atuarial

CONCLUSÃO:

- Especificamente quanto ao cálculo, o subgrupo avaliou que deveria ser seguido o modelo aplicado às EFPC (Instrução Previc nº 19/2015) para a taxa de desconto;
- Ou seja, corresponde àquela em que o ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média – ETTJM (calculada como a média de três anos das ETTJ diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao IPCA) seja o mais próximo à duration do passivo;
- Tendo em vista a necessidade de registro desse passivo e contabilização, optou-se pela sugestão da utilização da média móvel de 5 anos, que apresenta menor volatilidade.

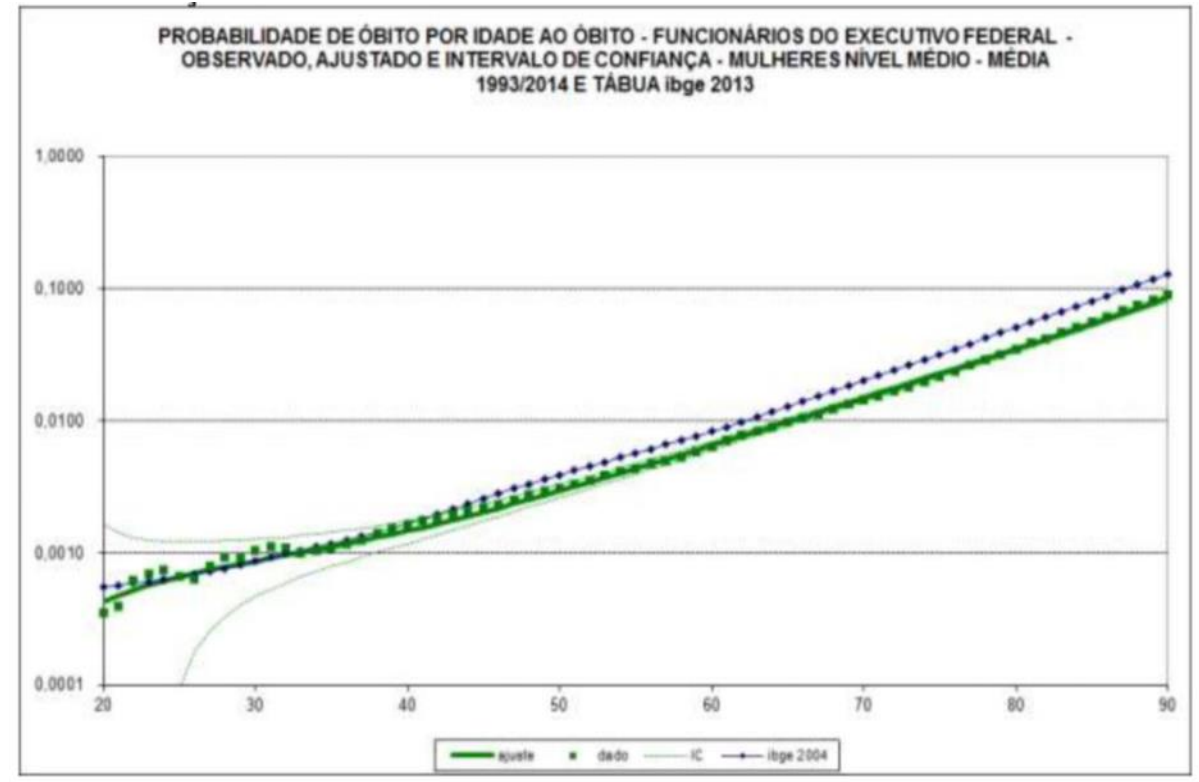
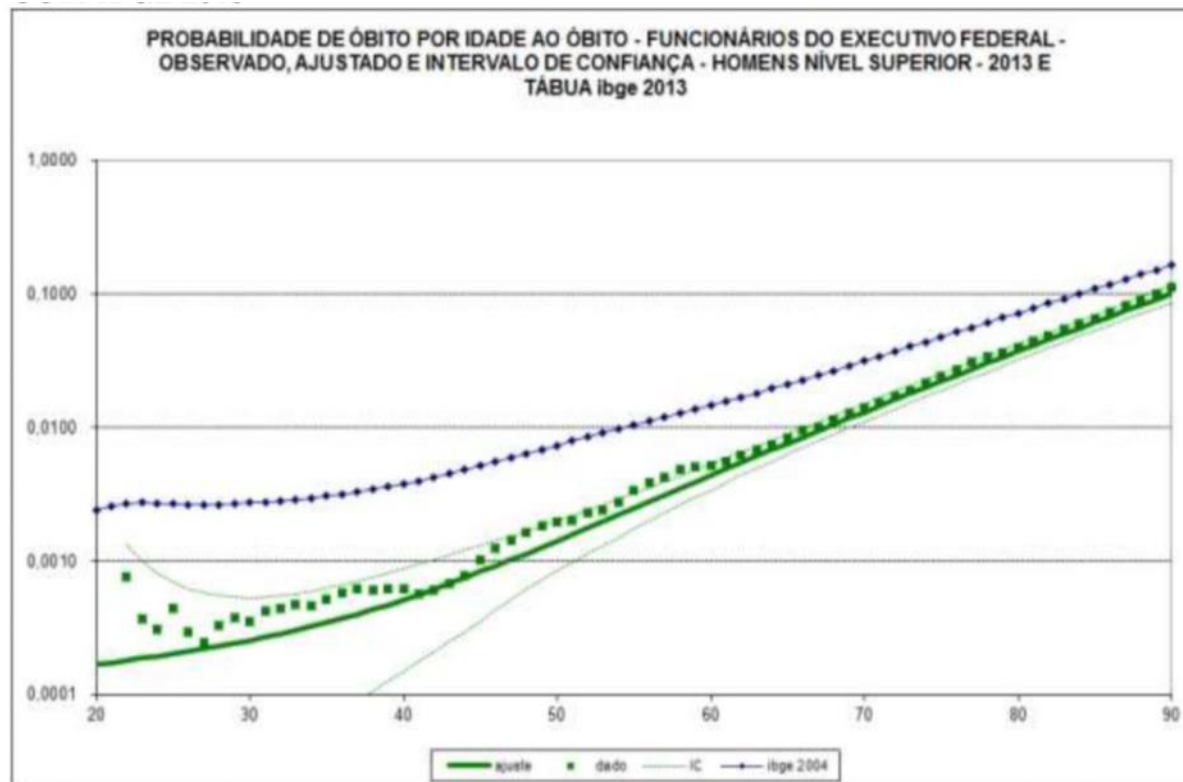
SUBGRUPO 4:

PREMISSAS ATUARIAIS DE GESTÃO DE PESSOAL



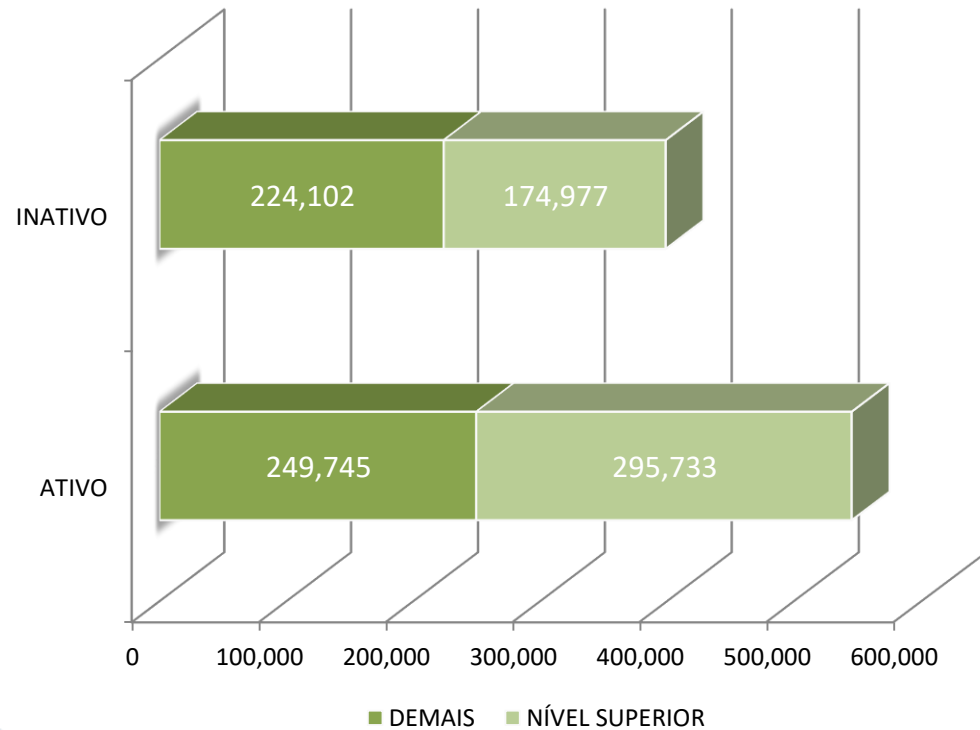
- **Tábuas Biométricas - Sobrevivência de Válidos**

Item 9.1 do Acórdão nº 1.465/2003-TCU-Plenário, foi elaborada Tábua de Sobrevivência dos servidores ativos. Conforme podemos observar nos gráficos a experiência da Tábua IBGE, não refletia a mortalidade dos servidores vinculados ao serviço público federal.

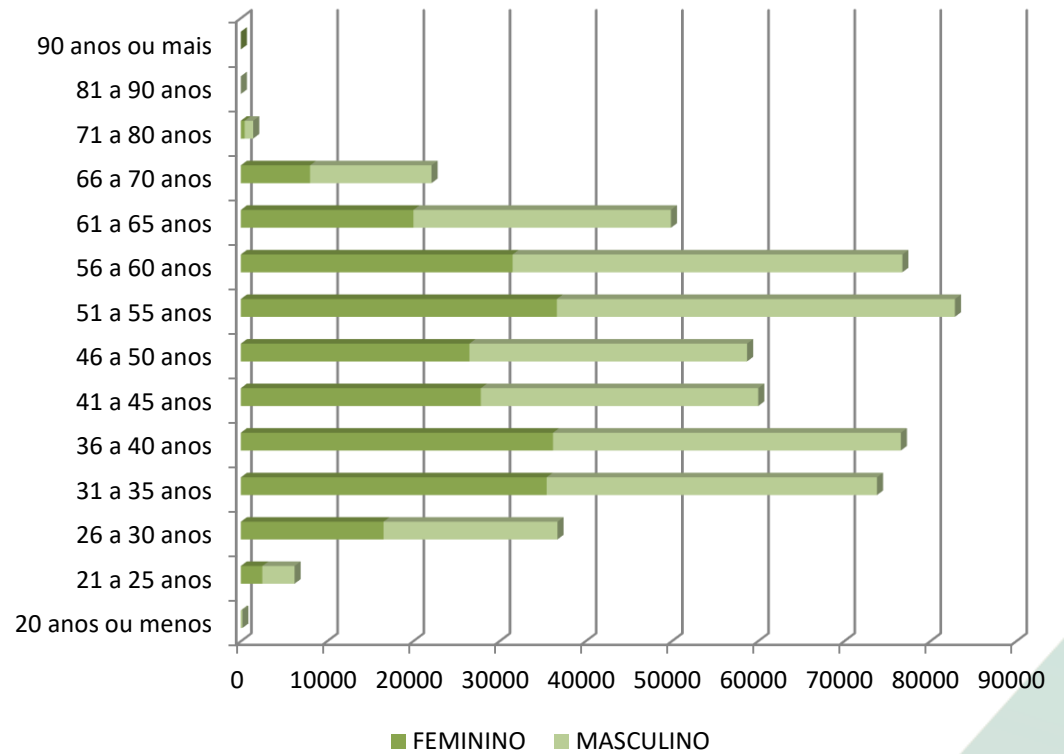


DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ESCOLARIDADE E SEXO

Distribuição dos servidores (ativos e aposentados) por escolaridade do cargo



Servidores Ativos - Distribuição por Faixa Etária e por Sexo



- **Tábuas Biométricas - Sobrevivência de Válidos**

Servidores Ativos - aplicada a Tábua Específica, segregada por sexo e escolaridade do cargo.

Servidores Aposentados - Considerando a falta de dados suficientes relativas a escolaridade do cargo do servidor aposentado aplicou-se a Tábua Específica para Nível Médio, segregada por sexo.

Pensionistas - Massa de beneficiários não relacionada ao comportamento da mortalidade específica de servidores, mantida da Tábua de Mortalidade Geral do IBGE Extrapolada, porém segregada por sexo.

Inválidos: Em não se dispondo de estudo específico mantida a mesma premissa relativa aos servidores válidos.

- **Base Cadastral – Processo de Obtenção das Bases**

RECOMENDAÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DAS FUTURAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS:	
Processo de obtenção bases cadastrais	<ul style="list-style-type: none">• Alteração do processo de solicitação e obtenção da base de dados dos Demais Poderes, visando a unificação em um órgão central de cada Poder;• Inclusão expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias da obrigação de fornecimento das bases de dados para a SPREV ou outro órgão do Poder Executivo pelos responsáveis por cada Poder;• Estabelecimento de plano de trabalho junto aos órgãos centrais de gestão de gestão de pessoas de cada Poder para obtenção e melhoria da qualidade da base de dados de todos os servidores.• A SPREV deverá formar grupo de trabalho interno entre os servidores da CGEIP e CGACI para verificar se o leiaute do eSocial atenderá as necessidades da base de dados da avaliação atuarial. Esse grupo poderá contar com a participação de técnicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

• Base Cadastral - Idade de Entrada no Mercado de Trabalho

1. SIAPE: idade média de ingresso na União gira em torno dos 33 anos.
2. RAIS aponta que a idade média de ingresso no primeiro emprego formal está posicionada entre 26 e 28 anos.
3. CAGED aponta para idades inferiores, entre 23 e 24 anos.
4. Decidiu-se verificar os tempos de contribuição para o RGPS averbados p/ estimar idade de entrada no mercado de trabalho dos servidores (em torno de 25 anos).

Idade Média de entrada

(Celetista + Estatutário) - RAIS

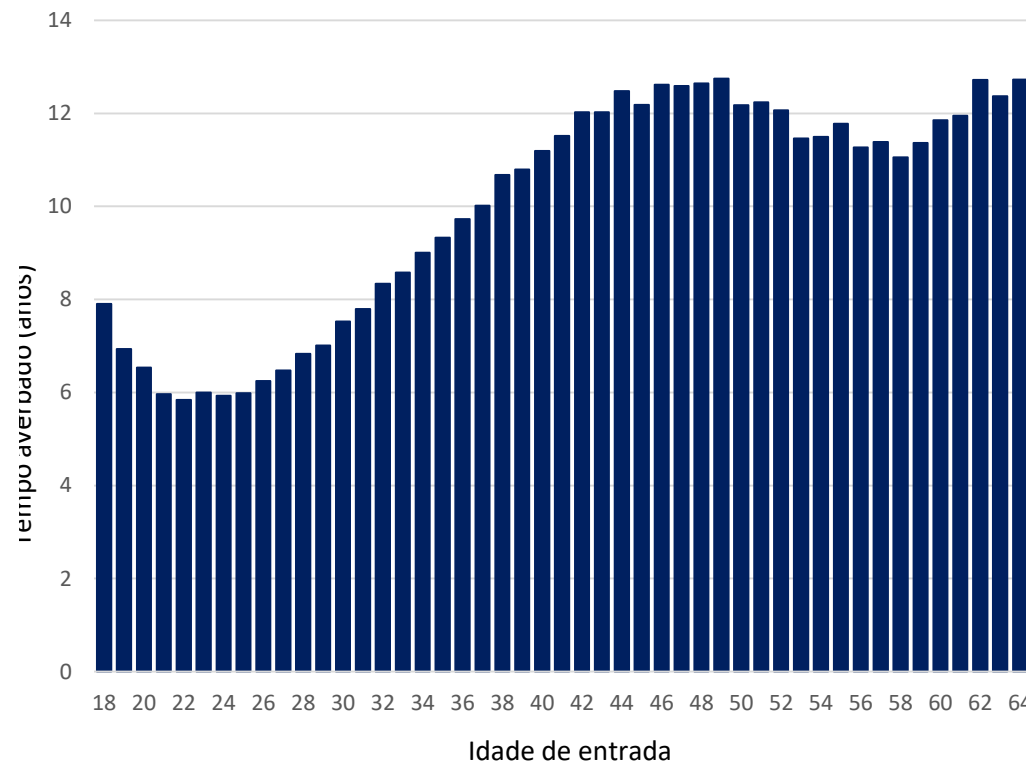
Ano	Idade Média
2015	28
2014	26
2013	27

Idade Média no Primeiro Emprego

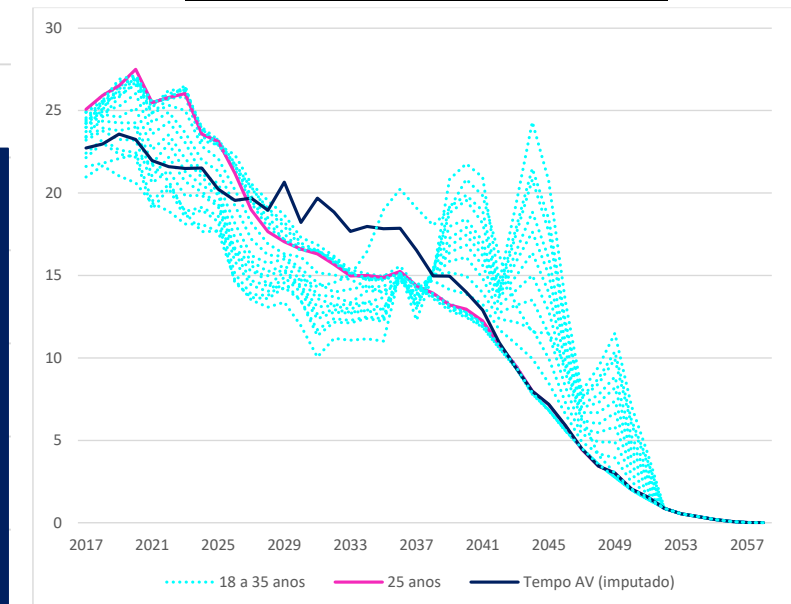
Formal Celetista - CAGED

Ano	Idade Média
2017	23
2016	23
2015	23
2014	23
2013	24
2012	24
2011	24

Fonte: CAGED/Ministério do Trabalho



Sensibilidade do fluxo previsto de aposentadorias programadas em relação às suposições acerca da idade de entrada no mercado de trabalho



Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento

• Base Cadastral - Família Padrão

Dados do SIAPE demonstram que cerca de 63% dos servidores ativos possuem cônjuges cadastrados, e 43% dos aposentados.

Registros a partir de 1995, demonstram que quando o servidor falece para cerca de 80% são habilitados dependentes para recebimento da pensão.

Dependentes cadastrados por situação de futuro instituidor (milhares de vínculos)

	Total	Com dependente	Quantidade de dependentes
Servidor ativo	543,5	350,1	687,2
Aposentado	391,8	169,7	218,8
Total	935	591.076	905,9

Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: IPEA. Data-base: julho de 2016¹

Eventos de instituição de pensão por morte por falecimento de servidores ativos e aposentados - entre 1995 e 2015

ANO_EXC	QTD_OBITO_REAL	INSTP_CONCED_GERAL	PEN_VITALICIA	PEN_TEMPORARIA	% Servidores falecidos que geraram pensões vitalícias	% Servidores falecidos que geraram pensões
1995	11.630	10.660	10.323	6.384	92%	89%
1996	11.957	11.185	11.101	6.333	94%	93%
1997	12.061	11.011	10.892	6.196	91%	90%
1998	11.997	10.963	10.800	5.749	91%	90%
1999	12.647	10.837	10.766	5.772	86%	85%
2000	11.837	10.695	10.784	5.523	90%	91%
2001	11.718	10.642	10.590	5.222	91%	90%
2002	13.084	10.421	10.260	4.750	80%	78%
2003	12.850	10.532	10.405	4.686	82%	81%
2004	13.046	10.471	10.425	4.298	80%	80%
2005	12.673	10.028	10.152	3.781	79%	80%
2006	12.904	10.057	10.047	3.433	78%	78%
2007	13.015	9.964	10.068	3.224	77%	77%
2008	13.017	9.802	9.909	3.011	75%	76%
2009	12.919	9.655	9.773	2.743	75%	76%
2010	13.443	9.663	9.768	2.453	72%	73%
2011	12.783	9.279	9.337	2.262	73%	73%
2012	12.708	9.182	9.321	2.100	72%	73%
2013	13.171	9.048	9.145	1.824	69%	69%
2014	13.361	9.086	9.121	1.735	68%	68%
2015	13.179	8.519	8.385	1.631	65%	64%
Média:					80%	80%

Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: SGP/MP

• Riscos Expirados e Comportamento para Aposentadoria

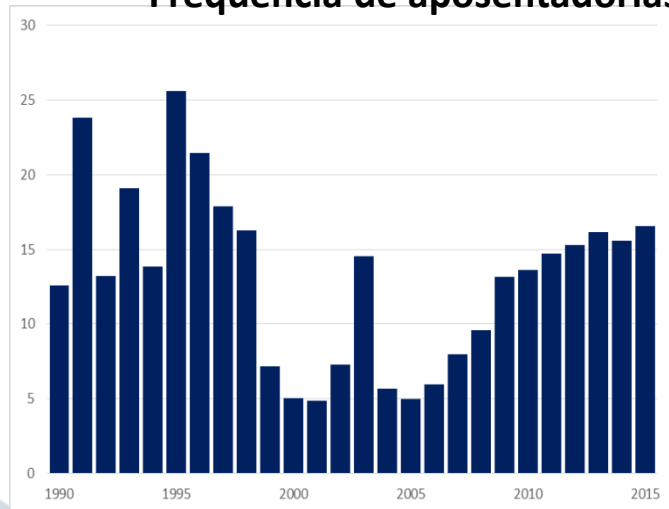
Como se comportam os servidores que já cumpriram os requisitos legais (riscos expirados) e os que irão cumprir futuramente?

Mais de 130 mil servidores civis do Poder Executivo federal (25% do total) com direito adquirido.

Comportamento relativo ao abono:

- (i) servidores com função gratificada ficam mais tempo recebendo abono;
- (ii) Idem servidores de nível intermediário;
- (iii) a relação entre duração e rendimentos não parece linear;
- (i) Em geral: servidores ficam em média de 4 a 7 anos recebendo abono de permanência...

Frequência de aposentadorias por ano



Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: IPEA.

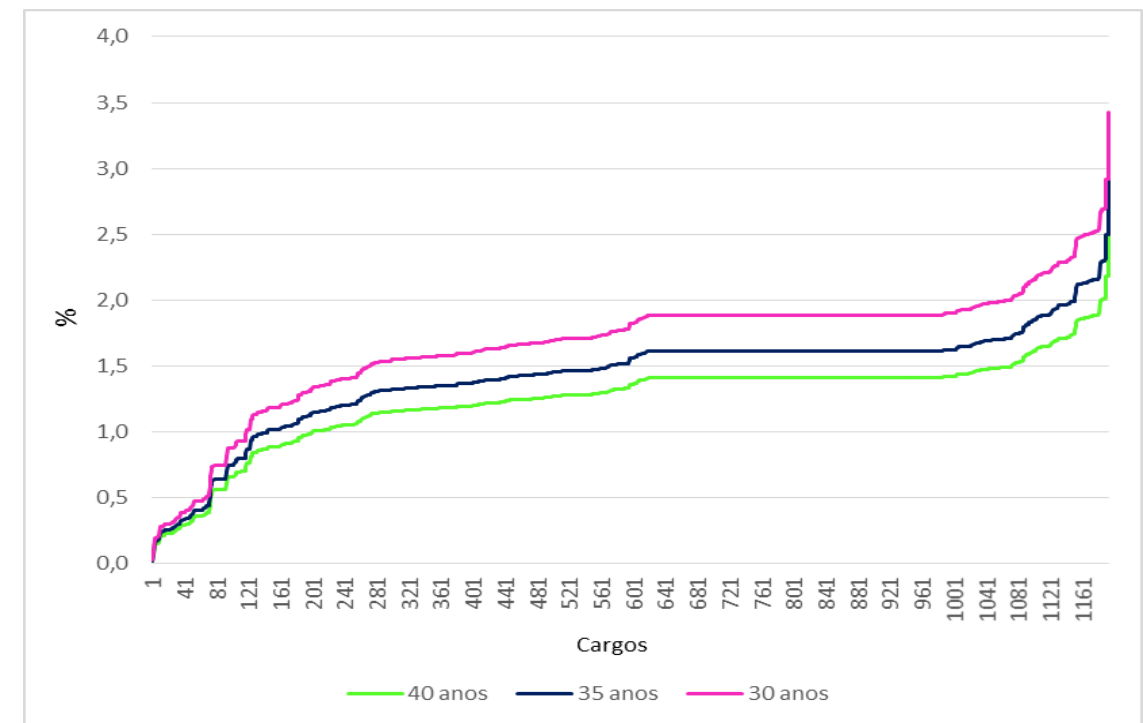
	qtd	eventos	mediana	IC 95%	
				Lim Inf	Lim Sup
Sexo do servidor					
Mulheres	111.865	55.673	7,41	7,33	7,50
Homens	109.377	56.816	6,78	6,73	6,83
Escala de escolaridade do Cargo					
Auxiliar	8.661	4.509	5,66	5,41	5,90
Intermediário	132.737	60.348	8,01	7,98	8,04
Superior	79.736	47.586	6,00	5,94	6,06
Classes de remuneração (quintis)					
Até 4,51 mil	44.259	27.305	6,46	6,34	6,58
4,52 mil a 5,56 mil	44.238	18.015	8,65	8,48	8,79
5,57 mil a 8,29 mil	44.248	22.237	7,28	7,16	7,40
8,3 mil a 13,3 mil	44.251	19.758	7,22	7,09	7,35
Superior a 13,3 mil	44.246	25.174	6,32	6,21	6,43
Recebia subsídio					
Não	194.772	96.361	7,07	7,01	7,13
Sim	26.470	16.128	7,07	7,00	7,14
Possuía função comissionada ou gratificada					
Não	184.020	96.426	6,63	6,59	6,67
Sim	37.222	16.063	9,35	9,20	9,50
Total					
Salário do abono	221.242	112.489	7,06	7,00	7,12
Salário do abono e cadastro de benefícios	289.642	180.889	4,30	4,25	4,35

Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: IPEA.

• Políticas de Gestão de Pessoal – Crescimento da Remuneração/ Rotatividade

Estudo do IPEA mostrou que a taxa média anual de crescimento entre 1% e 2% ano. Levantamentos para cada cargo, das remunerações iniciais e finais em dezembro de 2002 a 2017 indicaram crescimento superior a 1% ao ano. Apurou-se rotatividade média de 0,5%. Mas concluiu-se que a revisão da atual premissa deveria aguardar um direcionamento da política de gestão de pessoal.

ANO_DA EXCLU- SÃO	DECISAO_ JUDICIAL	DEMISSAO_ TERMINO_ CONTRATO	EXONE- RACAO	FALECI- MENTO	PDV	PENALIDADE DISCIPLINAR	SOMA	Quantidade de Servidores (BEP/PEP)	Exclusões (-) Faleci- mentos	% Exclusões	% Faleci- mentos	Rotativi- dade
1991	12	559	2.093	661		29	3.354	598.375	2.693	80,3%	19,7%	0,6%
1992	18	183	3.538	671		59	4.469	620.870	3.798	85,0%	15,0%	0,7%
1993	12	203	2.812	531		119	3.677	592.898	3.146	85,6%	14,4%	0,6%
1994	6	159	2.853	395		145	3.558	583.020	3.163	88,9%	11,1%	0,6%
1995	44	17	3.992	353		60	4.466	567.689	4.113	92,1%	7,9%	0,8%
1996	1.037		3.865	279	5.540	178	10.899	554.736	10.620	97,4%	2,6%	2,0%
1997	40		3.388	164	2.958	300	6.850	531.725	6.686	97,6%	2,4%	1,3%
1998	75		2.690	139	1	259	3.164	513.720	3.025	95,6%	4,4%	0,6%
1999	15		1.477	131	5.793	370	7.786	497.125	7.655	98,3%	1,7%	1,6%
2000	21		1.155	149	1.274	424	3.023	486.912	1.600	52,9%	4,9%	0,6%
2001	28		900	118	3	235	1.284	485.303	1.163	90,6%	9,2%	0,3%
2002	5		1.169	154	3	312	1.643	485.741	1.486	90,4%	9,4%	0,3%
2003	8		1.382	158	7	246	1.801	485.980	1.636	90,8%	8,8%	0,4%
2004	3		1.394	131	2	275	1.805	499.138	1.672	92,6%	7,3%	0,4%
2005	18		1.659	148	3	182	2.010	508.963	1.859	92,5%	7,4%	0,4%
2006	5		2.494	178	1	239	2.917	528.124	2.738	93,9%	6,1%	0,6%
2007	2		1.920	176	3	300	2.401	528.420	2.222	92,5%	7,3%	0,5%
2008	15		2.304	210	1	242	2.772	539.235	2.561	92,4%	7,6%	0,5%
2009	11		2.625	210	2	268	3.116	552.893	2.904	93,2%	6,7%	0,6%
2010	36		3.278	193	2	309	3.818	577.215	3.623	94,9%	5,1%	0,7%
2011	20		2.696	225		303	3.244	580.892	3.019	93,1%	6,9%	0,6%
2012	28		2.643	203	1	255	3.130	585.910	2.926	93,5%	6,5%	0,5%
2013	18		2.548	220	1	285	3.072	595.862	2.851	92,8%	7,2%	0,5%
2014	17		2.792	233	3	285	3.330	624.095	3.094	92,9%	7,0%	0,5%
2015	18		2.173	282	2	304	2.779	627.427	2.495	89,8%	10,1%	0,4%
2016	5		1.745	287		338	2.375	632.485	2.088	87,9%	12,1%	0,4%
2017	30		1.067	306		231	1.634	634.257	1.328	81,3%	18,7%	0,3%
TOTAL	1.558	1.614	63.367	7.168	15.600	6.599	95.958					



Fluxo de Caixa - Comparativo do Resultado Atuarial (com inflação)

EXERCÍCIO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2017 (DATA FOCAL 31/12/2016)	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2018 (DATA FOCAL 31/12/2017)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (Variação %)
	Valor	Valor	%
2017	-71.389.333.716,86	-	-
2018	-77.676.395.966,36	-54.284.298.390,10	-30,1
2019	-83.774.240.898,52	-60.038.879.622,73	-28,3
2020	-93.160.052.939,13	-67.980.775.720,64	-27,0
2021	-99.531.658.190,13	-75.684.617.015,89	-24,0
2022	-106.361.203.044,46	-83.109.040.123,07	-21,9
2023	-113.152.404.284,89	-91.181.386.669,83	-19,4
2024	-119.265.106.569,88	-100.329.160.460,26	-15,9
2025	-125.332.238.582,99	-110.632.554.768,69	-11,7
2026	-131.391.690.591,76	-117.020.735.502,92	-10,9
2027	-137.277.318.191,75	-123.770.055.731,12	-9,8
2028	-143.227.447.324,37	-130.052.595.045,56	-9,2
2029	-149.365.540.651,44	-136.263.937.847,20	-8,8
2030	-155.658.680.384,86	-142.753.472.287,63	-8,3
2031	-162.459.635.186,09	-149.265.576.624,62	-8,1
2032	-169.635.166.541,28	-156.266.090.814,96	-7,9
2033	-176.958.780.196,50	-163.812.469.275,61	-7,4
2034	-184.876.682.338,36	-171.879.576.130,23	-7,0
2035	-193.208.942.871,90	-179.995.078.437,99	-6,8
2036	-201.794.428.841,86	-188.400.734.441,83	-6,6

Observação: Deficit financeiro efetivamente apurado do RPPS dos servidores civis da União em 2017 foi de **R\$ 45,2 bilhões** (excluídos “demais”).

UNIÃO - RESULTADO FINANCEIRO - RPPS SERVIDORES CIVIS E REGIME MILITARES

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CIVIS	RECEITA	22.614.454	22.983.505	24.577.285	26.935.134	29.498.633	30.696.403	33.783.331
	DESPESA	55.355.597	56.998.652	56.332.039	60.345.643	64.899.827	68.298.153	79.027.893
	RESULTADO	-32.741.143	-34.015.147	-31.754.754	-33.410.509	-35.401.194	-37.601.751	-45.244.562
DEMAIS	RECEITA	0	0	0	0	0	0	0
	DESPESA	1.825.350	2.225.560	4.208.977	4.032.090	4.606.617	5.480.703	3.420.187
	RESULTADO	-1.825.350	-2.225.560	-4.208.977	-4.032.090	-4.606.617	-5.480.703	-3.420.187
MILITARES	RECEITA	2.025.441	2.001.211	2.170.714	2.343.239	2.649.782	2.929.514	3.342.763
	DESPESA	21.965.528	23.321.608	28.892.945	31.848.796	35.156.563	36.998.811	41.026.959
	RESULTADO	-19.940.087	-21.320.397	-26.722.231	-29.505.557	-32.506.781	-34.069.297	-37.684.196
TOTAL	RECEITA	24.639.895	24.984.716	26.747.999	29.278.373	32.148.415	33.625.916	37.126.094
	DESPESA	79.146.475	82.545.820	89.433.961	96.226.529	104.663.007	110.777.469	123.475.039
	RESULTADO	-54.506.580	-57.561.104	-62.685.962	-66.948.156	-72.514.592	-77.151.553	-86.348.945

Valores em R\$ mil

Fonte: STN - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>) - Posição dezembro - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e Demonstrativo de Receitas e Despesas Associadas aos Militares Inativos e Pensionistas das Forças Armadas.

Observações:

1 - O grupo "Demais" corresponde às rubricas "Outros Benefícios Previdenciários" e "Demais Despesas Previdenciárias". Inclui FCDF, ex-Territórios, IPC, pensões especiais, complementação RFFSA e outros.

2 - A metodologia de apuração do RREO foi reformulada em 2014, para atender a recomendações do Acórdão nº 2059/2012 - TCU - Plenário, resultando também no recálculo do encerramento do exercício de 2013. Por essa razão, a série histórica tem oscilação expressiva na passagem de 2012 para 2013.



[Ir para o conteúdo](#) ¹ [Ir para o menu](#) ² [Ir para a busca](#) ³ [Ir para o rodapé](#) ⁴

[ACESSIBILIDADE](#) [ALTO CONTRASTE](#) [MAPA DO SITE](#)

Secretaria de

Previdência

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Buscar no portal



[Notícias](#) | [Legislação](#) | [Publicações](#) | [Estatísticas](#) | [Fale conosco](#)

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO](#) > [ATUÁRIA](#)

INSS

Agenda das
autoridades

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Resultado do
RGPS

Dados Gerais

Mais informações

**PREVIDÊNCIA NO
SERVIÇO PÚBLICO**

CRP

Atuária



Publicado: 13/07/2015 13:41

Última modificação: 03/08/2018 12:35

Avaliação Atuarial da União 2019

- [Manual de Transmissão de Dados](#)
- [Leiaute do .CSV](#)
- [Lista de Órgãos Centralizadores](#)
- [Modelo de Ofício enviado aos Órgãos](#)

(Novo) Outras informações poderão ser prestadas pelo:
e-mail atuarialspps.cgee@previdencia.gov.br;
Telefone (61) 2021-5555.

Obrigado!

Alex Albert Rodrigues

Coordenador-Geral de Atuária,
Contabilidade e Investimentos

alex.albert@previdencia.gov.br